

de uma boa renegociação

País está superando todas as metas de ajuste. E terá melhores condições para pagar a dívida.

Brasil mais perto

Rhodes, presidente do comitê de bancos credores, diz que o

Figueiredo: apreensão dos ricos é bom sinal.

Para o presidente Figueiredo as manifestações de apreensão reveladas durante a recente reunião dos líderes dos países desenvolvidos, em Londres, são um sinal de que eles já entenderam que o problema dos países devedores deve ser encarado em profundidade pelos credores. Figueiredo expressou essa opinião em audiência, ontem em Brasília, com o embaixador da Argentina, Hugo Caminos, que assumirá a subsecretaria Geral de Assuntos Jurídicos da OEA.

Por enquanto, ainda não foi marcado nenhum encontro entre os presidentes Figueiredo e Alfonsín, informou ontem o porta-voz do Itamaraty, ministro Bernardo Pericás. Ele disse que continua de pé a idéia do encontro, mas que ainda não há data prevista. Um jornal paulista noticiou ontem que os dois presidentes finalmente se encontrariam em julho, para debater sua dívida externa.

Os ministros Saraiva Guerreiro e Ernane Galvêas reuniram-se durante mais de duas horas, no final da noite de anteontem, para examinar documentos relativos à reunião de chanceleres e ministros econômicos que debaterão em Cartagena, na próxima semana, o problema da dívida externa dos países latino-americanos.

A reunião foi realizada no gabinete do chanceler e, além de representantes do Itamaraty e do Ministério da Fazenda, compareceu o embaixador Botafogo Gonçalves, assessor internacional do Ministério do Planejamento.

No final desta semana ou no início da próxima, Guerreiro e Galvêas voltarão a se reunir, para fechar a posição que o Brasil defenderá na reunião de Cartagena. Fontes diplomáticas lembraram, ontem, que a idéia não é transformar essa reunião em uma repetição do encontro de Quito, em janeiro, ao qual estiveram presentes todos os países do continente.

Prazos maiores

"Setembro será a última vez em que o Brasil fará uma renegociação anual de sua dívida externa", afirmou ontem, em Porto Alegre, o presidente do Conselho de Administração da Brasilinvest, Mário Garnero, que voltou recentemente de uma viagem aos Estados Unidos. Segundo observou, "há na comunidade financeira uma boa disposição para aceitar uma renegociação de mais longo prazo da dívida brasileira", incluindo períodos de carência, mais prazos para as amortizações e capitalizações dos juros, que, desta forma, só seriam pagos ao final da amortização da dívida principal. Mas alertou: "As taxas de juros deverão crescer mais 1,5% até o final do ano".

O empresário está confiante no documento dos sete grandes países credores do Terceiro Mundo e nas demonstrações de boa disposição que disse estar detectando entre os membros da comunidade financeira internacional. Segundo ele, não é possível, como pretendem alguns, haver uma renegociação em bloco das dívidas dos países pobres, por-

que as diferenças de situações são muito grandes. Mas considerou que o problema pode ser atacado em conjunto pelo menos numa frente: a política. O movimento dos países latino-americanos, segundo Garnero, tem seu valor como forma de pressão para negociações mais razoáveis. Já pelo aspecto técnico, de negociação prática da dívida, o assunto deve ser efetivamente tratado e resolvido de país para país.

Garnero disse que há nos EUA três posições distintas sobre o problema dos juros. O presidente Ronald Reagan deseja manter as taxas próximas dos níveis atuais para que a recuperação da economia norte-americana evolua satisfatoriamente. O Federal Reserve, o Banco Central de lá, almeja um aumento das taxas para evitar o aumento da inflação interna. Finalmente, os banqueiros temem que, com uma baixa dos juros através da sua capitalização, atendendo aos apelos dos países devedores, o Federal Reserve passe a aumentar as taxas, em detrimento dos bancos. Para o presidente do Brasilinvest, as reservas de US\$ 5,4 bilhões, o comportamento favorável da balança comercial e outros fatores positivos colocam o Brasil em posição confortável, despertando nos credores confiança e vontade para renegociações mais profundas.

Acordo com a Argentina

Brasil e Argentina firmaram, ontem, um acordo geral de comércio de produtos agropecuários que visa o aumento do comércio bilateral entre os dois países, através da eliminação de barreiras administrativas e entraves tarifários, e coordenar posições comuns em fóruns internacionais. De imediato, o Brasil liberou a entrada da maçã argentina, recebendo o mesmo tratamento argentino em relação ao café. Em relação a outros produtos primários, estes receberão tratamento isolado através de negociações permanentes entre os dois países.

O presidente do comitê de bancos internacionais que assessoram o governo, William Rhodes (foto), previu ontem que, se o Brasil continuar realizando progressos no seu programa de ajustamento, "os bancos credores sem dúvida considerarão (a possibilidade) de conceder melhores condições, inclusive de preços, para as futuras necessidades financeiras do Brasil, nos moldes do que ocorreu com o recente pacote de dinheiro novo para o México".



Rhodes, que é vice-presidente sênior do Citibank, disse isso ao anunciar a liberação da terceira parcela (875 milhões de dólares) do empréstimo-jumbo de 6,5 bilhões de dólares concedido ao Brasil este ano para cobrir necessidades adicionais de 1983 e as de 1984. Os últimos saques do jumbo serão feitos no terceiro e quarto trimestres.

O empréstimo (dinheiro novo) de 3,8 bilhões de dólares que o México obteve dos bancos internacionais em 27 de abril último foi feito com prazo de dez anos, inclusive cinco anos e meio de carência, e taxas de risco (spread) de 1,5% sobre a taxa interbancária de Londres (Libor) e 1,125% sobre a taxa preferencial dos Estados Unidos (prime rate). A comissão do empréstimo (facility fee) foi de 0,625%. O Brasil está pagando mais pelo jumbo de 6,5 bilhões: 2% sobre a Libor, 1,75% sobre a prime rate, e 1% de facility fee, além de uma taxa de compromisso (commitment fee) de 0,5%. Para o Brasil, o prazo também foi menor: nove anos, com cinco de carência.

No seu comunicado de ontem, Rhodes disse que o Brasil está atingindo ou superando quase todas as metas de seu programa de ajustamento econômico e que caminha particularmente bem no setor externo.

Se o Brasil obtiver as mesmas condições do México, o próximo empréstimo que levantar para o ano que vem será feito em condições melhores do que as deste ano e muito melhores do que as do ano passado, quando pagou spreads superiores a 2% sobre a Libor, com prazos de apenas oito anos, e dois anos e meio de carência.